



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 19

QUARTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 21ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE JUNHO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2. — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— Nº 44/92-CN (nº 199/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$42.424.218.000,00, e suplementar no valor de Cr\$13.334.000.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 45/92-CN (nº 205/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 8/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$221.000.000,00 para os fins que especifica.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 7 e 8/92-CN, lidos anteriormente, e abertura do prazo para tramitação das matérias e oferecimento de emendas aos mesmos.

1.2.3 — Leitura de Mensagem Presidencial

— Nº 46/92-CN (nº 161/92, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 1992, que dispõe sobre a Organização de Ministérios e dá outras providências.

1.2.4 — Designação da Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação do veto

1.2.5 — Requerimento

— Nº 55/92-CN, de autoria do Deputado Genebaldo Correia, solicitando a criação de Comissão Mista Especial destinada a elaborar os modelos a serem utilizados no plebiscito sobre forma e sistema de governo previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Aprovado.**

1.2.6 — Ofício

— Nº 747/92, do Presidente da Câmara dos Deputados, referente a indicação do Deputado Alano de Freitas, para integrar, como suplente, a Comissão Especial Mista destinada a acompanhar os preparativos e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em substituição ao Deputado César Maia.

1.2.7 — Comunicações da Presidência

Transferência para data a ser oportunamente marcada, da sessão solene do Congresso Nacional anteriormente convocada para amanhã, às 10 horas e 30 minutos, destinada a comemorar o centenário de nascimento de Raul Pilla.

— Encerramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 587/91-CN, destinada a apurar responsabilidade no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento — CO-NAB, concluindo pela apresentação do Relatório nº 2/92-CN.

— Extinção, por decurso de prazo, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 620/91-CN, destinada a examinar os atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

— Extinção, por decurso de prazo, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 804/91-CN, destinada a apurar os fatos noticiados pelos principais órgãos de imprensa do País, que denunciavam eventuais procedimentos irregulares graves, ocorridos com recursos públicos federais repassados através de convênios com diversos municípios, por parte de membros da Comissão Mista de Orçamento.

— Extinção, por decurso de prazo, da Comissão Mista criada através do Requerimento nº 806/91-CN, destinada a elaborar anteprojeto do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos.

— Extinção, por decurso de prazo, da Comissão Mista Especial criada através do Requerimento nº 809/91-CN, destinada a estudar as razões da crise no Poder Judiciário.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

1.2.8 — Discursos do Expediente
DEPUTADO ADYLSO MOTA — Regozijo pela regulamentação do exercício dos odontólogos brasileiros em Portugal.

DEPUTADO ELIAS MURAD — Negligência do Governo Federal com o tratamento e o número crescente de casos de tuberculose.

1.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 21ª Sessão Conjunta, em 9 de junho de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Carlos De' Carli

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Alfredo Campos — Amazonino Mendes — Amir Iando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Carlos De'Carli — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Darcy Ribeiro — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Elcio Álvares — Eneas Laria — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydel Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nahor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odair Soares — Onofre Quinan — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
FRANCISCO RODRIGUES

PTB
PTB

JOAO FAGUNDES
JULIO CABRAL
MARCELO LUZ
RUBEN BENTO
TERESA JUCA

PMDB
PTB
PTR
BLOCO
PDS

AMAPA

AROLD GOES
ERALDO TRINDADE
GILVAM BORGES
VALDENOR GUEDES

PDT
BLOCO
PMDB
PTR

PARA'

CARLOS KAYATH
DOMINGOS JUVENIL
ELIEL RODRIGUES
GIOVANNI QUEIROZ
HERMINIO CALVINHO
HILARIO COIMBRA
MARIO CHERMONT
MARIO MARTINS
PAULO ROCHA
PAULO TITAN
VALDIR GANZER

PTB
PMDB
PMDB
PDT
PMDB
PTR
PTR
PMDB
PT
PMDB
PT

AMAZONAS

EDUARDO BRAGA	PDC
EULER RIBEIRO	PMDB
EZIO FERREIRA	BLOCO
PAUDERNEY AVELINO	PDC
RICARDO MORAES	PT

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO	PTB
EDISON FIDELIS	PTB
MAURICIO CALIXTO	BLOCO
PASCOAL NOVAES	BLOCO
RAQUEL CANDIDO	PTB
REDITARIO CASSOL	PTR

ACRE

ADELAIDE NERI	PMDB
CELIA MENDES	PDS
FRANCISCO DIOGENES	PDS
JOAO TOTA	PDS
RONIVON SANTIAGO	BLOCO

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA	PMDB
EDMUNDO GALDINO	PSDB
FREIRE JUNIOR	BLOCO
HAGAHUS ARAUJO	PMDB
OSVALDO REIS	PTR
PAULO MOURAO	PDS

MARANHAO

CESAR BANDEIRA	BLOCO
CID CARVALHO	PMDB
COSTA FERREIRA	PTR
DANIEL SILVA	PDS
EDUARDO MATIAS	PDC
FRANCISCO COELHO	PDC
JAYME SANTANA	PSDB
JOAO RODOLFO	PDS
JOSE BURNETT	BLOCO
JOSE CARLOS SABOIA	PSB
JOSE REINALDO	BLOCO
PEDRO NOVAIS	PDC

CEARA

AECIO DE BOREA	PDS
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO

ARIOSTO HOLANDA	PSB
CARLOS BENEVIDES	PMDB
CARLOS VIRGILIO	PDS
EDSON SILVA	PDT
ERNANI VIANA	PSDB
GONZAGA MOTA	PMDB
JACKSON PEREIRA	PSDB
JOSE LINHARES	PSDB
MARIA LUIZA FONTENELE	PSB
MAURO SAMPAIO	PSDB
MORONI TORGAN	PSDB
ORLANDO BEZERRA	BLOCO
PINHEIRO LANDIM	PMDB
SERGIO MACHADO	PSDB
UBIRATAN AGUIAR	PMDB
VICENTE FIALHO	BLOCO

PIAUI

B. SA	PTR
CIRO NOGUEIRA	BLOCO
JESUS TAJRA	BLOCO
JOAO HENRIQUE	PMDB
JOSE LUIZ MAIA	PDS
MUSSA DEMES	BLOCO
PAES LANDIM	BLOCO
PAULO SILVA	PSDB

RIO GRANDE DO NORTE

FLAVIO ROCHA	PL
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB
IBERE FERREIRA	BLOCO
JOAO FAUSTINO	PSDB
LAIRE ROSADO	PMDB
NEY LOPES	BLOCO

PARAIBA

EDIVALDO MOTTA	PMDB
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
JOSE MARANHAO	PMDB

PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO	PSB
FERNANDO BEZERRA COELHO	PMDB
GILSON MACHADO	BLOCO
INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
JOSE CARLOS VASCONCELLOS	BLOCO
JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO

JOSE MOURA	BLOCO
JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO
LUIZ PIAUHYLINO	PSB
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO
MIGUEL ARRAES	PSB
NILSON GIBSON	PMDB
PEDRO CORREA	BLOCO
RICARDO HERACLIO	BLOCO
ROBERTO FRANCA	PSB
ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
SALATIEL CARVALHO	PTR
TONY GEL	BLOCO

ALAGOAS

ANTONIO HOLANDA	BLOCO
JOSE THOMAZ NONO	PMDB
LUIZ DANTAS	BLOCO
MENDONCA NETO	PDT
OLAVO CALHEIROS	PMDB
VITORIO MALTA	PDS

SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO	BLOCO
CLEONANCIO FONSECA	BLOCO
DJENAL GONCALVES	PDS
JOSE TELES	PDS
MESSIAS GOIS	BLOCO
PEDRO VALADARES	PST

BAHIA

ALCIDES MODESTO	PT
ANGELO MAGALHAES	BLOCO
AROLDI CEDRAZ	BLOCO
BENITO GAMA	BLOCO
BERALDO BOAVENTURA	PDT
CARLOS ALBUQUERQUE	BLOCO
CLOVIS ASSIS	PDT
ERALDO TINOCO	BLOCO
FELIX MENDONCA	PTB
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
GENEBALDO CORREIA	PMDB
JABES RIBEIRO	PSDB
JAIR AZI	PDC
JAIR CARNEIRO	BLOCO
JAQUES WAGNER	PT
JOAO ALVES	PDS
JONIVAL LUCAS	PDC
JORGE KHOURY	BLOCO
JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO
JOSE FALCAO	BLOCO

JOSE LOURENCO	PDS
JUTAHY JUNIOR	PSDB
LEUR LOMANIO	BLOCO
LUIS EDUARDO	BLOCO
LUIZ MOREIRA	PTB
LUIZ VIANA NETO	S/P
NESTOR DUARTE	PMDB
PEDRO IRUJO	BLOCO
PRISCO VIANA	PDS
SERGIO BRITO	PDC
SERGIO GAUDENZI	PDT
TOURINHO DANTAS	BLOCO
WALDIR PIRES	PDT

MINAS GERAIS

AGOSTINHO VALENTE	PT
ALOISIO VASCONCELOS	PMDB
CAMILO MACHADO	BLOCO
CELIO DE CASTRO	PSB
ELIAS MURAD	PSDB
FELIPE NERI	PMDB
FERNANDO DINIZ	PMDB
HUMBERTO SOUTO	BLOCO
IBRAHIM ABI-ACKEL	PDS
ISRAEL PINHEIRO	PRS
JOAO PAULO	PT
JOSE ALDO	PRS
JOSE BELATO	PMDB
JOSE GERALDO	PMDB
LAEL VARELLA	BLOCO
LUIZ TADEU LEITE	PMDB
MARIO DE OLIVEIRA	PTR
NEIF JABUR	PMDB
NILMARIO MIRANDA	PT
ODELMO LEAO	BLOCO
OSMANIO PEREIRA	PSDB
PAULINO CICERO DE VASCONCELOS	PSDB
PEDRO TASSIS	PMDB
ROMEL ANISIO	BLOCO
SAMIR TANNUS	PDC
SANDRA STARLING	PT
SAULO COELHO	PSDB
SERGIO NAYA	PMDB
TILDEN SANTIAGO	PT
WILSON CUNHA	PTB
ZAIRE REZENDE	PMDB

ESPIRITO SANTO

ALOIZIO SANTOS	PDT
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	PMDB

JORIO DE BARROS PMDB
 NILTON RAIANO PMDB
 PAULO HARTUNG PSDB
 RITA CAMATA PMDB
 ROBERTO VALADAO PMDB

RIO DE JANEIRO

AMARAL NETTO PDS
 BENEDITA DA SILVA PT
 CARLOS ALBERTO CAMPISTA PDT
 CARLOS SANTANA PT
 FLAVIO PALMIER DA VEIGA BLOCO
 JAIR BOLSONARO PDC
 JAMIL HADDAD PSB
 JANDIRA FEGHALI PCdoB
 JOSE EGYDIO BLOCO
 LYSANEAS MACIEL PDT
 MIRO TEIXEIRA PDT
 NELSON BORNIER PL
 PAULO DE ALMEIDA PTB
 PAULO RAMOS PDT
 ROBERTO JEFFERSON PTB
 SANDRA CAVALCANTI BLOCO
 VIVALDO BARBOSA PDT

SAO PAULO

ALBERTO GOLDMAN PMDB
 ALBERTO HADDAD PTR
 ALDO REBELO PCdoB
 ALOIZIO MERCADANTE PT
 ANDRE BENASSI PSDB
 ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB
 ARNALDO FARIA DE SA BLOCO
 BETO MANSUR PDT
 CARDOSO ALVES PTB
 DIOGO NOMURA PL
 EDUARDO JORGE PT
 ERNESTO GRADELLA PT
 EUCLYDES MELLO BLOCO
 FABIO MEIRELLES PDS
 FLORESTAN FERNANDES PT
 GASTONE RIGHI PTB
 GERALDO ALCKMIN FILHO PSDB
 HEITOR FRANCO BLOCO
 HELIO BICUDO PT
 HELIO ROSAS PMDB
 IRMA PASSONI PT
 JORGE TADEU MUDALEN PMDB
 JOSE DIRCEU PT
 JOSE GENOINO PT

JOSE SERRA PSDB
 KOYU IHA PSDB
 LUIZ CARLOS SANTOS PMDB
 LUIZ GUSHIKEN PT
 MALULY NETTO BLOCO
 MANOEL MOREIRA PMDB
 MARCELO BARBIERI PMDB
 MAURICI MARIANO PMDB
 NELSON MARQUEZELLI PTB
 OSWALDO STECCA PSDB
 PEDRO PAVAO PDS
 RICARDO IZAR PL
 ROBERTO ROLLEMBERG PMDB
 ROBSON TUMA PL
 ULYSSES GUIMARAES PMDB
 VADAO GOMES BLOCO
 VALDEMAR COSTA PL
 WALTER NORY PMDB

MATO GROSSO

JOAQUIM SUCENA PTB
 JONAS PINHEIRO BLOCO
 WILMAR PERES PL

DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO PCB
 BENEDITO DOMINGOS PTR
 CHICO VIGILANTE PT
 EURIDES BRITO PTR
 MARIA LAURA PT
 OSORIO ADRIANO BLOCO
 SIGMARINGA SEIXAS PSDB

GOIAS

ALANO DE FREITAS PMDB
 ANTONIO FALEIROS PSDB
 LAZARO BARBOSA PMDB
 MARIA VALADAO PDS
 MAURO BORGES PDC
 PAULO MANDARINO PDC
 PEDRO ABRAO S/P
 ROBERTO BALESTRA PDC
 RONALDO CAIADO BLOCO
 VIRMONTES CRUVINEL PMDB

MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO BLOCO
 GEORGE TAKIMOTO BLOCO

WALTER PEREIRA	PMDB
WALDIR GUERRA	BLOCO
PARANA	
ABELARDO LUPION	BLOCO
ANTONIO BARBARA	BLOCO
ANTONIO UENO	BLOCO
BASILIO VILLANI	PDS
CARLOS ROBERTO MASSA	BLOCO
DELCINO TAVARES	PST
EDESIO PASSOS	PT
EDI SILIPRANDI	PDT
ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
FLAVIO ARNS	PSDB
IVANIO GUERRA	BLOCO
JONI VARISCO	PMDB
JOSE FELINTO	PST
MATHEUS IENSEN	PTB
MAX ROSENMAN	BLOCO
MUNHÓZ DA ROCHA	PSDB
ONAIRES MOURA	PTB
PAULO BERNARDO	PT
PEDRO TONELLI	PT
PINGA FOGO DE OLIVEIRA	BLOCO
RENATO JOHNSON	BLOCO
ROMERO FILHO	PST
RUBENS BUENO	PSDB
SAID FERREIRA	PMDB
WERNER WANDERER	BLOCO
WILSON MOREIRA	PSDB

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN	PDS
CESAR SOUZA	BLOCO
DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
DERCIO KNOP	PDT
JARVIS GAIDZINSKI	PL
LUIZ HENRIQUE	PMDB
NEUTO DE CONTO	PMDB
ORLANDO PACHECO	BLOCO
PAULO DUARTE	BLOCO
RENATO VIANNA	PMDB
RUBERVAL PILOTTO	PDS
VASCO FURLAN	PDS

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO	PT
ADROALDO STRECK	PSDB
ADYLSO MOTA	PDS

ALIO PINO	PDT
AMAURY MULLER	PDT
ANTONIO BRITTO	PMDB
ARNO MAGARINOS	BLOCO
CARLOS AZAMBUJA	PDS
CELSE BERNARDI	PDS
FERNANDO CARRION	PDS
FETTER JUNIOR	PDS
IBSEN PINHEIRO	PMDB
IVO MAINARDI	PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES	PDS
JOSE FORTUNATI	PT
LUIS ROBERTO PONTE	PMDB
MENDES RIBEIRO	PMDB
NELSON JOBIM	PMDB
ODACIR KLEIN	PMDB
OSVALDO BENDER	PDS
PAULO PAIM	PT
RAUL PONT	PT
TELMO KIRST	PDS
WILSON MULLER	PDT

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — As lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores e 339 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, mensagens presidenciais que vão ser lidas pelos Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 44, DE 1992-CN
(nº 199/92, na origem)

Mensagem nº 199

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos especiais até o limite de Cr\$42.424.218.000,00, e suplementar no valor de Cr\$ 13.334.000.000,00, para os fins que especifica".

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1992. **Fernando Collor de Mello.**

E.M. nº 157/MEFP

Brasília, 29 de maio de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

A Secretaria da Cultura da Presidência da República solicita abertura, no Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), de crédito especial até o limite de Cr\$42.424.218.000,00 (quarenta e dois bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões, duzentos e dezoito mil cruzeiros), para inclusão do Fundo Nacional de Cultura, instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

2. O Fundo tem por objetivo captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRONAC, (instituído pela Lei nº 8.313/91), constituindo um dos mecanismos de

sua implementação. Funcionará sob a forma de apoio não reembolsável ou de empréstimo com retorno.

3. As receitas do FNC foram estimadas para o corrente exercício em Cr\$42.424.218,0 mil, sendo fundamentalmente oriundas de:

Cr\$ MIL

1% da arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais (FINOR, FINAN e FUNRES) de que trata a Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1992. 23.179.300

1% da arrecadação bruta das loterias federais, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios. 17.977.605

Outros Recursos Diretamente Arrecadados (Restituições, Transferências do Exterior, Juros de Empréstimos e de Títulos de Renda, Doações etc). 1.267.313

4. A aplicação de tais recursos está voltada para quatro linhas de atuação:

Cr\$ MIL

1. Preservação do Patrimônio Cultural 19.526.900

2. Produção e Difusão Cultural 14.206.021

3. Acesso aos Bens e Serviços Culturais 4.973.297

4. Apoio e Desenvolvimento ao PRONAC 3.718.000

5. Os recursos do FINOR, do FINAN e do FUNRES serão aplicados nas respectivas regiões, conforme dispõe a legislação.

6. Parte dos recursos do FNC, no valor de Cr\$13.334.000,00 (treze bilhões, trezentos e trinta e quatro milhões de cruzeiros), será imediatamente destinada, através de crédito suplementar, a entidades da Secretaria da Cultura, de acordo com a seguinte discriminação:

Cr\$ MIL

CRÉDITO SUPLEMENTAR 13.334.000

— Fundação Casa de Rui Barbosa 295.000

— Fundação Cultural Palmares 179.000

— Biblioteca Nacional 2.000.000

— Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural 8.400.000

— Instituto Brasileiro de Arte e Cultura 2.460.000

7. As despesas decorrentes dos mencionados créditos serão realizadas nos termos do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. As providências ora propostas requerem autorização do Congresso Nacional, haja vista que o Fundo Nacional de Cultura não integra o Orçamento da União para 1992 e que o crédito suplementar em favor das entidades da Secretaria da Cultura extrapola o limite estabelecido no art. 6º da Lei nº 8.409/92.

Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a abertura dos referidos créditos suplementar e especial.

Respeitosamente,

Marcílio Marques Moreira — Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

Anexo à exposição de Motivos do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento nº 157 de 29/5/92.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Inclusão no Orçamento Fiscal da União para 1992, do Fundo Nacional de Cultura — FNC, de que trata o art. 4º, da Lei nº 8.313, de 23/12/91, bem como de recursos em favor das entidades sob supervisão da Secretaria da Cultura/PR, oriundos de convênios firmados com o FNC.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de créditos especial e suplementar através de Projeto de lei, para o atendimento daquela demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: Sem registro de qualquer matéria sobre o assunto.

4. Custos:

As despesas não estão previstas na Lei Orçamentária. Serão atendidas com recursos provenientes de Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais e sobre os Prêmios de Concursos de Prognósticos e de Receitas Diretamente Arrecadadas.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta passa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 7, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos especial até o limite de Cr\$42.424.218.000,00, e suplementar no valor de Cr\$13.334.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Fundo Nacional de Cultura, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, gerido pela Secretaria da Cultura, crédito especial até o limite de Cr\$42.424.218.000,00 (quarenta e dois bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões, duzentos e dezoito mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor das Fundações Casa de Rui Barbosa, Biblioteca Nacional e Cultural Palmares e dos Institutos Brasileiro do Patrimônio Cultural e Brasileiro de Arte e Cultura, crédito suplementar de Cr\$13.334.000.000,00 (treze bilhões, trezentos e trinta e quatro milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo II desta lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução do disposto nos artigos anteriores são provenientes de Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais e sobre os Prêmios de Concursos de Prognósticos e de Receitas Diretamente Arrecadadas, na forma dos Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20107 - SECRETARIA DA CULTURA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE OUTRAS AS FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS
CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		42 424 218	500 000		12 702 187	21 402 000	7 870 021		
- PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		42 424 218	500 000		12 702 187	21 402 000	7 870 021		
OR 048 0246 2900		19 526 900			4 495 900	15 031 000			
CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		19 526 900			4 495 900	15 031 000			
PROMOVER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO ORÇÃO									
FUNDO NACIONAL DE CULTURA	FISCAL	19 526 900			4 495 900	15 031 000			
OR 048 0246 2900 0047									
DIFUSÃO CULTURAL		22 897 318	500 000		8 206 293	9 371 000	7 870 021		
CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		22 897 318	500 000		8 206 293	9 371 000	7 870 021		
PROMOVER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO ORÇÃO									
FUNDO NACIONAL DE CULTURA	FISCAL	22 897 318	500 000		8 206 293	9 371 000	7 870 021		
OR 048 0247 2900 0047									
TOTAL FISCAL		42 424 218	500 000		12 702 187	21 402 000	7 870 021		

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20915 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL						
ESPECIFICAÇÃO		ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS
								AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
								OUTRAS DESP. DE CAPITAL

FUNDAÇÃO DE CULTURA CULTURA			42 424 214	500 000		12 702 193	21 412 000	7 820 021	
PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO			42 424 214	500 000		12 702 193	21 412 000	7 820 021	
OR 048 0248 4031			19 326 900			4 404 000	15 033 000		
PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL			19 326 900			4 404 000	15 033 000		
PROTEGER, CONSERVAR E REVITALIZAR O PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO EM SUAS DIFERENTES MANIFESTAÇÕES, MANTENDO SUA INTEGRIDADE PARA CONTRIBUIÇÃO DE TODAS AS GERAÇÕES PARA O FUTURO (PROJETO) - 91									
OR 048 0248 4031 0014		FISCAL	5 355 000				4 764 300		
PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO, RECONSTRUÇÃO E REPOSIÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL									
- PROJETO ANOIAO (PROJETO) - 28									
OR 048 0248 4031 0015		FISCAL	6 337 700			814 000	4 502 300		
APOIO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL NA REGIÃO NORDE									
- PROJETO ANOIAO (PROJETO) - 6									
OR 048 0248 4031 0016		FISCAL	7 552 200			2 800 200	4 662 000		
APOIO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL NA REGIÃO NORDE									
- PROJETO ANOIAO (PROJETO) - 37									
OR 048 0248 4031 0017		FISCAL	282 000				282 000		
APOIO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO									
- PROJETO ANOIAO (PROJETO) - 2									
OR 048 0247 4302			22 897 318	500 000		4 206 297	6 371 000	7 820 021	
FUNDAMENTO A MODERNIZAÇÃO CULTURAL E ARTISTICA						1 514 000	4 671 000		
- APOIAR A PRODUÇÃO, PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E A									
DIFUSÃO CULTURAL, OBJETIVANDO VALORIZAR AS DIVERSAS									
MANIFESTAÇÕES DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO CULTURAL E									
ARTISTICA ABRAÇANDO O LIVRO, A LINGUAGEM E AS									
CIÊNCIAS HUMANAS									
- PROJETO ANOIAO (PROJETO) - 60									
OR 048 0247 4302 0001		FISCAL	8 518 918			1 481 000	2 334 000	4 753 918	
APOIO A PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL									
- PROJETO ANOIAO (PROJETO) - 41									
OR 048 0247 4302 0002		FISCAL	2 607 103				1 081 000	1 516 103	
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS E ARTISTICAS NA REGIÃO NORDE									
- PROJETO ANOIAO (PROJETO) - 13									
OR 048 0247 4302 0003		FISCAL	3 020 000			24 000	1 446 000	1 540 000	
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS E ARTISTICAS NA REGIÃO NORDE									
- PROJETO ANOIAO (PROJETO) - 15									
OR 048 0247 4303			4 971 247			4 971 247			
PROMOÇÃO DO ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS									
- CONQUISTAR PARA FACILITAR A TODOS OS MEIOS PARA									
O LIVRE ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS									
- EXERCÍCIO DOS DIREITOS CULTURAIS, PROPRIEDADE									
INTELLECTUAL E A DIFUSÃO CULTURAL, INCLUSIVE A									
PROTEÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL, BENS CULTURAIS									
GRUPOS CULTURAIS EM CURSOS E EVENTOS, SERVIÇOS E									
EXTERIORES ANOIAO E FOMENTAR EVENTOS DE "SIGNIFICADO									
HISTÓRICO E CULTURAL									
- PROJETO ANOIAO (PROJETO) - 24									
OR 048 0247 4303 0001		FISCAL	1 903 000			1 903 000			
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS E ARTISTICAS NA REGIÃO NORDE									
- PROJETO ANOIAO (PROJETO) - 4									

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20915 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

C.R. 1 000 00

CREDITO ESPECIAL

DESCRIÇÃO DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
06 048 0247 4303 0002 ACesso AOS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS NA REGIÃO NOROCCIDENTAL PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 10	FISCAL	1 471 097			1 471 097				
06 048 0247 4303 0003 ACesso AOS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS NA REGIÃO NOROCCIDENTAL PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 7	FISCAL	1 907 200			1 907 200				
06 048 0247 4304 ACesso AOS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS NA REGIÃO NOROCCIDENTAL PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 20	FISCAL	3 718 000	500 000		1 718 000	1 500 000			
06 048 0247 4304 0001 DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 27	FISCAL	3 718 000	500 000		1 718 000	1 500 000			
TOTAL FISCAL		42 424 218	500 000		12 702 187	31 402 000	7 800 000		

AS QUANTIDADES DAS MATÉRIAS DEBEM SER EM VALORES DE 1000 UNIDADES

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
06 048 0247 2107 0001 MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 4	FISCAL	295 000			295 000				
06 048 0247 2107 0002 MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS E ACERVO BIRM INDIA E BIRM INDIA PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 100	FISCAL	295 000			295 000				
06 048 0247 2107 0003 MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS E ACERVO BIRM INDIA E BIRM INDIA PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 100	FISCAL	295 000			295 000				
06 048 0247 2107 0004 MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 100	FISCAL	100 000			100 000				
06 048 0247 2107 0005 MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 4	FISCAL	49 000			49 000				
06 048 0247 2107 0006 MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS E ACERVO BIRM INDIA E BIRM INDIA PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 100	FISCAL	49 000			49 000				
06 048 0247 2107 0007 MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS E ACERVO BIRM INDIA E BIRM INDIA PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 100	FISCAL	49 000			49 000				
06 048 0247 2107 0008 MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS E ACERVO BIRM INDIA E BIRM INDIA PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 100	FISCAL	49 000			49 000				
06 048 0247 2107 0009 MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS E ACERVO BIRM INDIA E BIRM INDIA PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 100	FISCAL	49 000			49 000				
06 048 0247 2107 0010 MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS E ACERVO BIRM INDIA E BIRM INDIA PROJETO APOIADO (PROJETO 10) - 100	FISCAL	49 000			49 000				
TOTAL FISCAL		295 000			295 000				

AS QUANTIDADES DAS MATÉRIAS DEBEM SER EM VALORES DE 1000 UNIDADES

CREDITO ESPECIAL	ANEXO III
ANEXO	ACRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20915 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			42.424.218
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		42.424.218	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		42.424.218	
1711.01.32 TRANSFERENCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A ARRECAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	FIS	23.179.300		
1711.01.33 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIO DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	17.977.605		
1711.01.99 TRANSFERENCIA DE OUTROS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	1.267.313		
TOTAL FISCAL				42.424.218

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO IV
ANEXO	ACRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			240.700
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		240.700	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		240.700	
1711.01.32 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIO DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	240.700		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			54.300
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		54.300	
2410.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		54.300	
2411.01.33 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIO DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	54.300		
TOTAL FISCAL				295.000

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO IV
ANEXO	ACRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20408 - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			165.000
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		165.000	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		165.000	
1711.01.33 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIO DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	165.000		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			14.000
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		14.000	
2410.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		14.000	
2411.01.33 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIO DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	14.000		
TOTAL FISCAL				179.000

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO III
ANEXO	ACRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20404 - BIBLIOTECA NACIONAL

RECEITA					RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS			770.000	
1700 00 00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		770.000		
1710 00 00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		770.000		
1711 01 32 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIO DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	770.000			
2000 00 00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			1.230.000	
2400 00 00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		1.230.000		
2410 00 00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		1.230.000		
2411 01 33 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIO DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	1.230.000			
TOTAL FISCAL				2.000.000	

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO IV
ANEXO	ACRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20411 - INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMONIO CULTURAL

RECEITA					RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS			443.000	
1700 00 00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		443.000		
1710 00 00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		443.000		
1711 01 32 TRANSFERENCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A ARRECAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	FIS	443.000			
2000 00 00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			7.957.000	
2400 00 00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		7.957.000		
2410 00 00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		7.957.000		
2411 01 32 TRANSFERENCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A ARRECAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	FIS	4.857.000			
2411 01 33 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIO DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	3.100.000			
TOTAL FISCAL				8.400.000	

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO IV
ANEXO	ACRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20412 - INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA

RECEITA					RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.140.000	
1700 00 00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		1.140.000		
1710 00 00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		1.140.000		
1711 01 32 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIO DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	1.140.000			
2000 00 00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			1.320.000	
2400 00 00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		1.320.000		
2410 00 00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		1.320.000		
2411 01 33 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIO DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	1.320.000			
TOTAL FISCAL				2.460.000	

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992****Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.****LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991****Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRONAC, e dá outras providências.****CAPÍTULO II****Do Fundo Nacional da Cultura — FNC**

Art. 4º Fica ratificado o Fundo de Promoção Cultural, criado pela Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que passará a denominar-se Fundo Nacional da Cultura — FNC, com o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com a finalidade do PRONAC e de:

I — estimular a distribuição regional equitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos culturais e artísticos;

II — favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas culturais conjuntas, de enfoque regional.

§ 1º O FNC será administrado pela Secretaria da Cultura da Presidência da República — SEC/PR, e gerido por seu titular, assessorado por um comitê constituído dos diretores da SEC/PR e dos presidentes das entidades supervisionadas, para cumprimento do Programa de Trabalho Anual aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura — CNIC, de que trata o artigo 32 desta Lei, segundo os princípios estabelecidos nos artigos 1º e 3º da mesma.

§ 2º Os recursos do FNC serão aplicados em projetos culturais submetidos com parecer da entidade supervisionada competente na área do projeto, ao Comitê Assessor, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º Os projetos aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente pelas entidades supervisionadas, cabendo a execução financeira à SEC/PR.

§ 4º Sempre que necessário, as entidades supervisionadas utilizarão peritos para análise e parecer sobre os projetos, permitida a indenização de despesas com o deslocamento, quando houver, e respectivos “pro labore” e ajudas de custo, conforme ficar definido no regulamento.

§ 5º O Secretário da Cultura da Presidência da República designará a unidade da estrutura básica da SEC/PR, que funcionará como secretaria executiva do FNC.

§ 6º Os recursos do FNC não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa da SEC/PR.

§ 7º Ao término do projeto, a SEC/PR efetuará uma avaliação final de forma a verificar a fiel aplicação dos recursos, observando as normas e procedimentos a serem definidos no regulamento desta Lei, bem como a legislação em vigor.

§ 8º As instituições públicas ou privadas receptoras de recursos do FNC e executoras de projetos culturais, cuja avaliação final não for aprovada pela SEC/PR, nos termos do parágrafo anterior, ficarão inabilitadas pelo prazo de três anos ao recebimento de novos recursos, ou enquanto a SEC/PR não proceder a reavaliação do parecer inicial.

Art. 5º O FNC é um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis,

conforme estabelecer o regulamento, e constituído dos seguintes recursos:

I — recursos do Tesouro Nacional;

II — doações, nos termos da legislação vigente;

III — legados;

IV — subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

V — saldos não utilizados na execução dos projetos a que se referem o Capítulo IV e o presente capítulo desta Lei;

VI — devolução de recursos de projetos previstos no Capítulo IV e no presente Capítulo desta Lei, e não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa.

MENSAGEM Nº 45, DE 1992 - CN**(Nº 205/92, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o anexo projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 221.000.000,00, para os fins que especifica”.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1992. — **Fernando Collor de Mello.**

PROJETO DE LEI Nº 8, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$221.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República — Secretaria de Assuntos Estratégicos, crédito suplementar no valor de Cr\$221.000.000,00 (duzentos e vinte e um milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária, no montante especificado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

EM Nº 150/MEFP

Brasília, 28 de maio de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Secretaria de Assuntos Estratégicos — SAE, da Presidência da República, solicita a abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$221.000.000,00 (duzentos e vinte e um milhões de cruzeiros), para suprir outras despesas correntes.

A presente solicitação decorre da necessidade de atender despesas com a concessão de vale-transporte.

Considerando que o seu valor excede o limite de 20% (vinte por cento), na suplementação, estabelecido pelo art. 6º, inciso I, da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, necessita, portanto, de aprovação preliminar que autorize o Poder Executivo a abrir o referido crédito suplementar.

Este Ministério é favorável à concessão do crédito solicitado, informando que as despesas resultantes serão cobertas sob a forma de anulação parcial de dotações orçamentárias

através de remanejamento, conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
Fl. 2 da EM Nº 150/92

Nestas condições, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a abertura do crédito.

Respeitosamente,

Marcílio Marques Moreira, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO, Nº 150 DE 28-5-1992

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências: Atender despesas com a concessão de vale-transporte.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar para atender àquela demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:
A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos: Crédito suplementar no valor de Cr\$ 221.000.000,00.

FL. 2 do Anexo da EM Nº 150/MEFP, de 28-5-1992

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for Medida Provisória ou Projeto de Lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta possa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

QUANTIDADE	AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL
1000	

QUANTIDADE	AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL
1000	

	TOTAL FISCAL	
1960	100	100
1961	100	100
1962	100	100
1963	100	100
1964	100	100
1965	100	100
1966	100	100
1967	100	100
1968	100	100
1969	100	100
1970	100	100
1971	100	100
1972	100	100
1973	100	100
1974	100	100
1975	100	100
1976	100	100
1977	100	100
1978	100	100
1979	100	100
1980	100	100
1981	100	100
1982	100	100
1983	100	100
1984	100	100
1985	100	100
1986	100	100
1987	100	100
1988	100	100
1989	100	100
1990	100	100
1991	100	100
1992	100	100
1993	100	100
1994	100	100
1995	100	100
1996	100	100
1997	100	100
1998	100	100
1999	100	100
2000	100	100
2001	100	100
2002	100	100
2003	100	100
2004	100	100
2005	100	100
2006	100	100
2007	100	100
2008	100	100
2009	100	100
2010	100	100
2011	100	100
2012	100	100
2013	100	100
2014	100	100
2015	100	100
2016	100	100
2017	100	100
2018	100	100
2019	100	100
2020	100	100
2021	100	100
2022	100	100
2023	100	100
2024	100	100
2025	100	100
2026	100	100
2027	100	100
2028	100	100
2029	100	100
2030	100	100
2031	100	100
2032	100	100
2033	100	100
2034	100	100
2035	100	100
2036	100	100
2037	100	100
2038	100	100
2039	100	100
2040	100	100
2041	100	100
2042	100	100
2043	100	100
2044	100	100
2045	100	100
2046	100	100
2047	100	100
2048	100	100
2049	100	100
2050	100	100
2051	100	100
2052	100	100
2053	100	100
2054	100	100
2055	100	100
2056	100	100
2057	100	100
2058	100	100
2059	100	100
2060	100	100
2061	100	100
2062	100	100
2063	100	100
2064	100	100
2065	100	100
2066	100	100
2067	100	100
2068	100	100
2069	100	100
2070	100	100
2071	100	100
2072	100	100
2073	100	100
2074	100	100
2075	100	100

cas : 000, no

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

Aviso nº 536 — AL/SG.

A Sua Excelência o Senhor

Senador Dirceu Carneiro

Primeiro Secretário do Senado Federal

Brasília—DF.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1992

Senhor Primeiro Secretário.

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, relativa a projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$221.000.000,00, para os fins que especifica".

Atenciosamente,

Marcos Coimbra, Secretário-Geral da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De Carli) — As mensagens que acabam de ser lidas encaminham os Projetos de Lei nº 7 e 8, de 1992-CN, que tratam de abertura de créditos.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1991-CN, os referidos projetos serão remetidos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sendo o seguinte o calendário para tramitação dos projetos:

Dia 10-6 — Distribuição de avulsos.

Até 19-6 — Prazo para apresentação de emendas.

Dia 24-6 — Distribuição de avulso das emendas.

Até 4-8 — Prazo para encaminhamento dos pareceres à Mesa do Congresso Nacional.

Sobre a mesa, mensagem presidencial que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 46, DE 1992-CN

(Nº 161/92, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, resolvi vetar parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 1992, que "dispõe sobre a organização de Ministérios e dá outras providências" (Medida Provisória nº 302/92 na origem).

O dispositivo ora vetado é o art. 19, do seguinte teor:

"Art. 19. O Poder Executivo, no prazo de cento e oitenta dias, adotará medidas para o cumprimento do disposto no inciso III do art. 144, da Constituição Federal, e alínea b do inciso I do art. 19 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, no que se refere à Polícia Ferroviária Federal."

Resultante de emenda de parlamentar, essa disposição visa fixar prazo relativo à estruturação e atribuições do órgão da administração pública que menciona. No entanto, a Constituição Federal, em seu art. 61, § 1º, II, e, não deixa ao Poder Legislativo a iniciativa de propor seja o que for nessa matéria, da alçada privativa do Presidente da República.

Ademais, o legislador constituinte, que tinha poderes para impor prazo para a finalidade alvideio no artigo aqui vetado,

não achou necessário fazê-lo, deixando ao alverdro da autoridade competente a decisão sobre a melhor oportunidade para cumprir o mandamento constitucional.

Por esse dado se atesta o caráter não emergencial da matéria inserida na medida provisória por via do artigo que estou vetando. Falta-lhe esse pressuposto da urgência, o que deixa a referida disposição ao desamparo do art. 62 da Carta Magna, também robustecendo a civa de inconstitucionalidade.

No entanto, o Poder Executivo não permanece alheio ao preceito do inciso III do art. 144 da Lei Maior. O Ministério da Justiça já tem bem adiantados os estudos sobre a estruturação e organização da Polícia Ferroviária Federal, em cumprimento ao estipulado no inciso II do art. 19 da Lei nº 8.028/90.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores membros do Congresso Nacional.

Brasília, 13 de maio de 1992. — **Fernando Collor de Mello**.

(*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 1992

(Oriundo da Medida Provisória nº 302/92)

Dispõe sobre a organização de Ministérios e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São criados o Ministério de Minas e Energia, o Ministério dos Transportes e das Comunicações, o Ministério da Previdência Social e o Ministério do Trabalho e da Administração.

Art. 2º O Ministério de Minas e Energia terá a seguinte estrutura:

I — Secretaria Nacional de Minas e Metalurgia;

II — Secretaria Nacional de Energia.

Art. 3º O Ministério dos Transportes e das Comunicações terá a seguinte estrutura:

I — Secretaria Nacional de Transportes;

II — Secretaria Nacional de Comunicações.

Art. 4º O Ministério da Previdência Social terá a seguinte estrutura:

I — Conselho Nacional de Seguridade Social;

II — Conselho Nacional de Previdência Social;

III — Conselho de Recursos da Previdência Social;

IV — Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador;

V — Secretaria Nacional da Previdência Social;

VI — Secretaria Nacional da Previdência Complementar;

VII — Inspetoria-Geral da Previdência Social;

VIII — Conselho de Gestão da Previdência Social.

Art. 5º O Ministério do Trabalho e da Administração terá a seguinte estrutura:

I — Conselho Nacional de Imigração;

II — Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

III — Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

IV — Comissão Consultiva de Direito do Trabalho;

V — Secretaria Nacional do Trabalho;

VI — Secretaria da Administração Federal.

Art. 6º Os assuntos que constituem área de competência de cada Ministério criado por esta lei são os seguintes:

(*) Em destaque as partes vetadas.

I — Ministério de Minas e Energia:

- a) geologia, recursos minerais e energéticos;
- b) regime hidrológico e fonte de energia hidráulica;
- c) mineração e metalurgia;
- d) indústria do petróleo e de energia elétrica, inclusive nuclear;

II — Ministério dos Transportes e das Comunicações:

- a) transporte ferroviário, rodoviário e aquaviário;
- b) marinha mercante, portos e vias navegáveis;
- c) participação na coordenação dos transportes aeroviários, na forma da lei;
- d) telecomunicações, inclusive administração, controle e fiscalização da utilização do espectro de radiofrequências;
- e) serviços postais.

III — Ministério da Previdência Social:

- a) previdência social;
- b) previdência complementar;

IV — Ministério do Trabalho e da Administração:

- a) trabalho e sua fiscalização;
- b) mercado de trabalho, política de empregos, seguro desemprego e outros programas de apoio ao trabalhador desempregado;
- c) política salarial, inclusive das empresas estatais;
- d) política de imigração;
- e) pessoal civil da administração pública federal, direta, indireta e fundacional, bem assim os serviços gerais, modernização e organização administrativas e os sistemas e serviços de processamento de dados dessas entidades.

Art. 7º São extintos:

I — o Ministério da Infra-Estrutura;

II — o Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

III — o Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Art. 8º A Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, bem assim seu acervo patrimonial, seu quadro de pessoal e suas dotações orçamentárias são transferidas para o Ministério do Trabalho e da Administração.

Art. 9º São criados os cargos de:

I — Ministro de Estado de Minas e Energia;

II — Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações;

III — Ministro de Estado da Previdência Social;

IV — Ministro de Estado do Trabalho e da Administração;

V — Ministro de Estado Chefe da Secretaria do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. São extintos os cargos de Ministro de Estado da Infra-Estrutura e de Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social.

Art. 10. São criados os cargos de Secretário Executivo, Consultor Jurídico, Secretário de Administração Geral, Secretário de Controle Interno e Chefe de Gabinete em cada um dos Ministérios, instituído por esta lei.

Art. 11. As Delegacias Regionais de Trabalho (DRT), incorporadas às unidades descentralizadas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) pela Lei nº 8.099, de 5 de dezembro de 1990, ficam reinstituídas, com as competências e atribuições dos titulares, especialmente as estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. É o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias na estrutura do INSS, com o objetivo de transferir ao Ministério do Trabalho e da Administração a execução dos programas relacionados com as políticas do Governo Federal nas áreas de emprego, apoio ao tra-

lhador desempregado, identificação e registro profissional, inspeção do trabalho e segurança e saúde do trabalhador, bem como o acervo patrimonial, recursos humanos, cargos efetivos e em comissão e funções de confiança do INSS.

Art. 12. O acervo patrimonial dos Ministérios extintos por esta lei será transferido para os Ministérios que tiverem absorvido as correspondentes atribuições.

Art. 13. É o Poder Executivo autorizado a remanejar as dotações orçamentárias e saldos financeiros dos órgãos extintos para os que tiverem absorvido as correspondentes atribuições, mantida a respectiva classificação funcional programática, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, bem como a respectiva classificação por grupos de natureza da despesa, determinadas na Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 14. Para os fins do disposto nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

I — extinguir e transferir, no âmbito da Administração Pública Federal, inclusive mediante alteração de denominação e especificação, cargos e funções de confiança do Grupo Direção e Assessoramento Superiores — DAS — e Funções Gratificadas — FG — ou equivalentes e cargos de natureza especial;

II — fixar a lotação dos Ministérios criados por esta lei, bem como redistribuir servidores no interesse da Administração;

III — manter, até 31 de dezembro de 1992, as requisições de servidores e as Gratificações de Representação, existentes na Secretaria da Administração da Presidência da República.

Art. 15. As atribuições e os cargos em comissão do Gabinete Pessoal do Presidente da República são transferidos para a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 16. O Poder Executivo disporá sobre a organização e o funcionamento dos Ministérios e órgãos de que trata esta lei, inclusive quanto à estrutura e funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social e quanto à reestruturação do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS —, observado o disposto no inciso I do art. 14.

Art. 17. Os cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores — DAS — e Funções Gratificadas — FG —, do Ministério de Minas e Energia, Ministério dos Transportes e Comunicações, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e da Administração e do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS —, passam a ser os constantes dos Anexos I, II, III, IV e V desta lei.

Art. 18. Até que se cumpra o disposto no art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional promover a execução judicial dos créditos decorrentes da aplicação da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Art. 19. O Poder Executivo, no prazo de cento e oitenta dias, adotará medidas para o cumprimento do disposto no inciso III do art. 144, da Constituição Federal, e alínea b, do inciso I do art. 19 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, no que se refere à Polícia Ferroviária Federal.

Art. 20. O Poder Executivo fará republicar no Diário Oficial da União o texto consolidado da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, com as alterações constantes desta lei e das Leis nºs 8.410, de 27 de março de 1992, 8.344, de 27 de dezembro de 1991, 8.162, de 8 de janeiro de 1991, e 8.090, de 13 de novembro de 1990.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nº 6.309, de 15 de dezembro de 1975 e 8.099, de 5 de dezembro de 1990, e o art. 129 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

ANEXO I

LEI Nº DE DE DE 1992

MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - MME

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADE	CARGOS/ FUNÇÕES HR.	DENOMINAÇÃO	DAS FG
GABINETE Assessoria Divisão Serviço	4	Assessor do Ministro	182.3
	4	Assessor do Secretário-Executivo	182.3
	1	Chefe	181.5
	3	Chefe	181.4
	6	Chefe	181.2
	2	Chefe	181.1
	66		FG-1
	75		FG-2
	189		FG-3
CONSULTORIA JURIDICA	1	Consultor Jurídico	181.5
	2	Assessor	182.2
	3	Coordenador	181.3
	6	Chefe	181.2
	1	Chefe	181.1
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	1	Secretário	181.5
	2	Assessor	182.2
	5	Coordenador-Geral	181.4
	5	Assessor	182.1
	18	Coordenador	181.3
	28	Chefe	181.2
	1	Chefe	181.1
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	1	Secretário	181.5
	2	Assessor	182.2
	3	Coordenador	181.3
	12	Chefe	181.2
	1	Chefe	181.1

FLS. 02 DO ANEXO I

LEI Nº 10.233 DE 30 DE JUNHO DE 1992

MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - MME

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADE	CARGOS/ FUNÇÕES NR.	DENOMINAÇÃO	DAS FG
SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA	1	Secretário Nacional	181.6
	1	Secretário Nacional Adjunto	181.5
	4	Assessor	182.2
Gabinete	1	Chefe	181.4
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	181.4
Divisão	2	Chefe	181.2
Serviço	3	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	1	Assessor	182.1
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	181.4
Divisão	8	Chefe	181.2
Serviço	13	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.1
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	181.4
Divisão	9	Chefe	181.2
Serviço	16	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	1	Assessor	182.1
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	181.4
Divisão	6	Chefe	181.2
Serviço	1	Chefe	181.1
SECRETARIA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA	1	Secretário Nacional	181.6
	1	Secretário Nacional Adjunto	181.5
	2	Assessor	182.2
Gabinete	1	Chefe	181.4
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	181.4
Divisão	2	Chefe	181.2
Serviço	3	Chefe	181.1

FLS. 03 DO ANEXO I

LEI Nº , DE DE DE 1992

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADE	CARGOS/ FUNÇÕES NR.	DENOMINAÇÃO	DAS FG
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.1
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	181.4
	2	Assessor	182.1
Divisão	4	Chefe	181.2
Serviço	9	Chefe	181.1
DELEGACIAS:			
a) BA/MG/RJ/RS/SP	5	Delegado	181.3
	5	Assessor	182.1
Divisão	18	Chefe	181.2
Serviço	28	Chefe	181.1
b) AC/AL/AM/AP/CE/ES/GO/MA/MT/MS/PA/PR/ PE/PI/RR/RN/RO/RR/SE/SC/TO	21	Delegado	181.2
Serviço	63	Chefe	181.1

ANEXO II

LEI Nº DE DE DE 1992

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES - MTC

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADE	CARGOS/ FUNÇÕES - NR.	DENOMINAÇÃO	DAS FG
GABINETE Assessoria Divisão Serviço	4	Assessor do Ministro	182.3
	4	Assessor do Secretário Executivo	182.3
	1	Chefe	181.5
	3	Chefe	181.4
	6	Chefe	181.2
	2	Chefe	181.1
	66		FG-1
	75		FG-2
	180		FG-3
CONSULTORIA JURÍDICA Coordenação Divisão Serviço	1	Consultor Jurídico	181.5
	2	Assessor	182.2
	3	Coordenador	181.3
	6	Chefe	181.2
	1	Chefe	181.1
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL Coordenação-Geral Coordenação Divisão Serviço	1	Secretário	181.5
	2	Assessor	182.2
	5	Coordenador-Geral	181.4
	5	Assessor	182.1
	10	Coordenador	181.3
	20	Chefe	181.2
	1	Chefe	181.1
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO Coordenação Divisão Serviço	1	Secretário	181.5
	2	Assessor	182.2
	3	Coordenador	181.3
	12	Chefe	181.2
	1	Chefe	181.1
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES Gabinete Serviço	1	Secretário Nacional	181.6
	1	Secretário Nacional Adjunto	181.5
	4	Assessor	182.2
	1	Chefe	181.4
	1	Chefe	181.1

FLS. 02 DO ANEXO II

LEI Nº , DE DE DE 1992

MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICACOES - MTC

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSAO E FUNCOES DE CONFIANCA

UNIDADE	CARGOS/ FUNCOES NR.	DENOMINACAO	DAS FG
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESIRES	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	1	Assessor	182.1
Coordenacao-Geral	5	Coordenador-Geral	181.4
	5	Assessor	182.1
Divisao	18	Chefe	181.2
Servico	13	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	3	Assessor	182.1
Coordenacao-Geral	4	Coordenador-Geral	181.4
	4	Assessor	182.1
Divisao	18	Chefe	181.2
Servico	13	Chefe	181.1
SECRETARIA NACIONAL DE COMUNICACOES	1	Secretario Nacional	181.6
	1	Secretario Nacional Adjunto	181.5
	2	Assessor	182.2
Gabinete	1	Chefe	181.4
Divisao	2	Chefe	181.2
Servico	3	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ADMINISTRACAO DE FREQUENCIA	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.1
Coordenacao-Geral	3	Coordenador-Geral	181.4
	3	Assessor	182.1
Divisao	9	Chefe	181.2
Servico	13	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVICOS PUBLICOS	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.1

FLS. 03 DO ANEXO II

LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES - MTC

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADE	CARGOS/ FUNÇÕES NR.	DENOMINAÇÃO	DAS FG
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	181.4
	3	Assessor	102.1
Divisão	6	Chefe	181.2
Serviço	18	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVIÇOS PRIVADOS			
	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	102.1
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	181.4
	3	Assessor	102.1
Divisão	6	Chefe	181.2
Serviço	18	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES			
	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	102.1
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	181.4
	3	Assessor	102.1
Divisão	7	Chefe	181.2
Serviço	4	Chefe	181.1
DELEGACIAS:			
a) BA/MG/RJ/RS/SP	5	Delegado	181.3
	5	Assessor	102.1
Divisão	18	Chefe	181.2
Serviço	28	Chefe	181.1
b) AC/AL/AM/AP/CE/ES/GO/MA/MT/MS/PA/PB PE/PI/PR/RN/RO/RR/SE/SC/TO			
	21	Delegado	181.2
Serviço	63	Chefe	181.1

ANEXO III

LEI Nº

DE.

DE

DE 1992

MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL - MPS

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSAO E FUNCOES DE CONFIANCA

UNIDADE	CARGOS/ FUNCOES IIIA.	DENOMINACAO	DAS FG
	4	Assessor do Ministro	182.3
	4	Assessor do Secretario-Executivo	182.3
GABINETE	1	Chefe	181.5
Assessoria	3	Chefe	181.4
Divisao	6	Chefe	181.2
Servico	2	Chefe	181.1
	66		FG-1
	75		FG-2
	188		FG-3
INSPECTORIA GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	1	Inspetor Geral	181.5
	2	Assessor	182.2
Coordenacao-Geral	5	Coordenador-Geral	181.4
Coordenacao	28	Coordenador	181.3
Servico	1	Chefe	181.1
CONSULTORIA JURIDICA	1	Consultor Juridico	181.5
	2	Assessor	182.2
Coordenacao	3	Coordenador	181.3
Divisao	6	Chefe	181.2
Servico	1	Chefe	181.1
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO GERAL	1	Secretario	181.5
	2	Assessor	182.2
Coordenacao-Geral	5	Coordenador-Geral	181.4
	5	Assessor	182.1
Coordenacao	18	Coordenador	181.3
Divisao	28	Chefe	181.2
Servico	1	Chefe	181.1

FLS. 02 AO ANEXO III

LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL - MPS

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSAO E FUNCOES DE CONFIANCA

UNIDADE	CARGOS/ FUNCOES NR.	DENOMINACAO	DAS FG
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	1	Secretario	101.5
	2	Assessor	102.2
Coordenacao	3	Coordenador	101.3
Divisao	11	Chefe	101.2
Servico	1	Chefe	101.1
SECRETARIA NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	1	Secretario Nacional	101.6
	1	Secretario Nacional Adjunto	101.5
	4	Assessor	102.2
Gabinete	1	Chefe	101.4
Coordenacao-Geral	4	Coordenador-Geral	101.4
	4	Assessor	102.1
Coordenacao	13	Coordenador	101.3
Servico	12	Chefe	101.1
SECRETARIA NACIONAL DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	1	Secretario Nacional	101.6
	1	Secretario Nacional Adjunto	101.5
	4	Assessor	102.2
Gabinete	1	Chefe	101.4
Coordenacao-Geral	4	Coordenador-Geral	101.4
	4	Assessor	102.1
Coordenacao	7	Coordenador	101.3
Servico	14	Chefe	101.1
CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	1	Presidente	101.4
Canara	4	Presidente	101.2
Assessoria	1	Assessor	102.1
Secretaria	1	Chefe	101.1
Junta de Recursos	10	Presidente da Junta	101.1
Divisao	1	Chefe	101.2
Servico	1	Chefe	101.1

ANEXO IV

LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

MINISTERIO DO TRABALHO E DA ADMINISTRACAO - MTA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSAO E FUNCOES DE CONFIANCA

UNIDADE	CARGOS/ FUNCOES NR.	DENOMINACAO	DAS FG
	4	Assessor do Ministro	182.3
	4	Assessor do Secretario-Executivo	182.3
GABINETE	1	Chefe	181.5
Assessoria	3	Chefe	181.4
Divisao	6	Chefe	181.2
Servico	2	Chefe	181.1
	33		FG-1
	30		FG-2
	58		FG-3
CONSULTORIA JURIDICA	1	Consultor Juridico	181.5
	2	Assessor	182.2
Coordenacao-Geral	1	Coordenador-Geral	181.4
Coordenacao	3	Coordenador	181.3
Divisao	6	Chefe	181.2
Servico	1	Chefe	181.1
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO GERAL	1	Secretario	181.5
	2	Assessor	182.2
Coordenacao-Geral	5	Coordenador-Geral	181.4
	5	Assessor	182.1
Coordenacao	18	Coordenador	181.3
Divisao	28	Chefe	181.2
Servico	1	Chefe	181.1
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	1	Secretario	181.5
	2	Assessor	182.2
Coordenacao	3	Coordenador	181.3
Divisao	12	Chefe	181.2
Servico	1	Chefe	181.1
SECRETARIA NACIONAL DO TRABALHO	1	Secretario Nacional	181.6
	1	Secretario Nacional Adjunto	181.5
	2	Assessor	182.2
Gabinete	1	Chefe	181.4
Servico	1	Chefe	181.1
Coordenacao-Geral	3	Coordenador-Geral	181.4

FLS. 02 DO ANEXO IV

LEI Nº 30, DE 1992

MINISTERIO DO TRABALHO E DA ADMINISTRACAO - MTA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS E FUNCOES DE CONFIANCA

UNIDADE	CARGOS/ FUNCOES NR.	DENOMINACAO	DAS FG
Divisao Servico	3	Assessor	182.1
	8	Chefe	181.2
	16	Chefe	181.1
	36		FG-1
	39		FG-2
	45		FG-3
DEPARTAMENTO NACIONAL DE FISCALIZACAO DO TRABALHO			
	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.2
Servico	1	Chefe	181.1
Coordenacao	3	Coordenador	181.3
Divisao	8	Chefe	181.2
Servico	2	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO NACIONAL DE RELACOES DO TRABALHO			
	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.2
Servico	1	Chefe	181.1
Coordenacao	3	Coordenador	181.2
Divisao	9	Chefe	181.2
Servico	2	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGURANCA E SAUDE DO TRABALHADOR			
	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.2
Servico	1	Chefe	181.1
Coordenacao Geral	1	Coordenador-Geral	181.4
	1	Assessor	182.1
Servico	2	Chefe	181.1
Coordenacao	4	Coordenador	181.3
Divisao	12	Chefe	181.2

FLS. 03 DO ANEXO IV

LEI Nº 30 DE 23 DE 1992

MINISTERIO DO TRABALHO E DA ADMINISTRACAO - MTA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSAO E FUNCOES DE CONFIANCA

UNIDADE	CARGOS/ FUNCOES NR.	DENOMINACAO	DAS FG
DEPARTAMENTO NACIONAL DE EMPREGO	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.2
Servico	1	Chefe	181.1
Coordenacao-Geral	1	Coordenador Geral	181.4
	1	Assessor	182.1
Divisao	2	Chefe	181.2
Servico	2	Chefe	181.1
Coordenacao	5	Coordenador	181.3
Divisao	17	Chefe	181.2
DEPARTAMENTO NACIONAL DE FORMACAO PROFISSIONAL	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.2
Servico	1	Chefe	181.1
Coordenacao	3	Coordenador	181.3
Divisao	7	Chefe	181.2
Servico	2	Chefe	181.1
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO			
a) MG/RJ/RS e SP	4	Delegado	181.4
	4	Assessor	182.1
Servico	4	Chefe	181.1
Coordenacao	12	Coordenador	181.3
Divisao	36	Chefe	181.1
	96		FG-1
	48		FG-2
	24		FG-3
b) BVCE/ES/GO/PA/PE/PR e SC	8	Delegado	181.4
	8	Assessor	182.1
Servico	8	Chefe	181.1
Divisao	16	Chefe	181.2
Servico	64	Chefe	181.1

FLS. 04 DO ANEXO IV

LEI Nº , DE DE DE 1992

MINISTERIO DO TRABALHO E DA ADMINISTRACAO - MTA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSAO E FUNCOES DE CONFIANCA

UNIDADE	CARGOS/ FUNCOES NR.	DENOMINACAO	DAS FG
	88		FG-1
	48		FG-2
	28		FG-3
c) AC/AL/AV/AP/AV/MT/MS/TB/PI/RV/RO/RR SE/TO/DF:	15	Delegado	181.3
	15	Assessor	182.1
Servico	68	Chefe	181.1
	128		FG-1
	68		FG-2
	38		FG-3
SUBDELEGACIA DO TRABALHO	95	Subdelegado	181.1
	388		FG-1
POSTO DE ATENDIMENTO	664	Encarregado	FG-1
SECRETARIA DA ADMINISTRACAO FEDERAL	1	Secretario	181.6
	1	Secretario Adjunto	181.5
GABINETE	1	Chefe	181.4
Coordenacao	4	Coordenador	181.3
	8	Assessor	182.2
Divisao	1	Chefe	181.2
	5	Assessor	182.1
	96		FG-1
	72		FG-2
	64		FG-3
INSPECTORIA GERAL	1	Inspector-Geral	181.4
	1	Assessor	182.1
Coordenacao	3	Coordenador	181.3
Servico	6	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DOS RECURSOS DE INFORMACAO E INFORMATICA	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.2

FLS. 05 DO ANEXO IV

LEI Nº . DE DE DE 1992

MINISTERIO DO TRABALHO E DA ADMINISTRACAO - MTA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSAO E FUNCOES DE CONFIANCA

UNIDADE	CARGOS/ FUNCOES NR.	DENOMINACAO	DAS FG
Divisao	1	Chefe	181.2
Servico	3	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.2
Divisao	1	Chefe	181.2
Servico	3	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO DE ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.2
Divisao	1	Chefe	181.2
Servico	3	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO IMOBILIARIA	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.2
Divisao	1	Chefe	181.2
Servico	3	Chefe	181.1
DEPARTAMENTO DE SERVICOS GERAIS	1	Diretor	181.5
	1	Diretor Adjunto	181.4
	2	Assessor	182.2
Divisao	1	Chefe	181.2
Servico	3	Chefe	181.1
GERENCIA DE PROGRAMA	22	Gerente	181.4
	38	Subgerente	181.2
REPRESENTACAO REGIONAL DA ADMINISTRACAO FEDERAL			
Coordenacao-Geral	1	Coordenador-Geral	181.4
	1	Assessor	182.1
Divisao	3	Chefe	181.2
Servico	6	Chefe	181.1

ANEXO V

LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADE	CARGOS/ FUNÇÕES NR.	DENOMINAÇÃO	DAS FG
GABINETE DO PRESIDENTE Serviço	1	Presidente	181.6
	6	Assessor	182.2
	1	Chefe	181.4
	2	Chefe	181.1
	121		FG-1
	188		FG-2
	81		FG-3
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Divisão Serviço	1	Assessor-Chefe	181.3
	2	Chefe	181.2
	1	Chefe	181.1
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO Divisão Serviço	1	Assessor-Chefe	181.3
	3	Chefe	181.2
	1	Chefe	181.1
PROCURADORIA GERAL Coordenação Consultoria Subprocuradoria Divisão Núcleo Serviço	1	Procurador Geral	181.5
	2	Coordenador	181.3
	1	Chefe	181.3
	1	Subprocurador	181.2
	4	Chefe	181.2
	1	Chefe	181.2
	3	Assessor	182.2
	3	Chefe	181.1
AUDITORIA Divisão Serviço	1	Auditor Chefe	181.4
	2	Assessor	182.2
	3	Chefe	181.2
	1	Chefe	181.1
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO Coordenação-Geral Divisão Núcleo Serviço	1	Diretor	181.5
	4	Assessor	182.2
	3	Coordenador-Geral	181.4
	3	Assessor	182.1
	9	Chefe	181.2
	2	Chefe	181.2
	1	Chefe	181.1

FLS. 02 DO ANEXO V

LEI Nº

DE

DE

DE 1992

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADE	CARGOS/ FUNÇÕES NR.	DENOMINAÇÃO	DAS FG
DIRETORIA DO SEGURO SOCIAL	1	Diretor	181.5
	4	Assessor	182.2
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	181.4
	3	Assessor	182.1
Divisão	12	Chefe	181.2
Núcleo	1	Chefe	181.2
Serviço	2	Chefe	181.1
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL	1	Diretor	181.5
	4	Assessor	182.2
Coordenador-Geral	2	Coordenador-Geral	181.4
	2	Assessor	182.1
Divisão	7	Chefe	181.2
Serviço	1	Chefe	181.1
Unidade	2	Chefe	181.1
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1	Diretor	181.5
	4	Assessor	182.2
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	181.4
	3	Assessor	182.1
Pagadoria	1	Chefe	181.2
Divisão	7	Chefe	181.2
Serviço	2	Chefe	181.1
Unidade	2	Chefe	181.1
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	1	Diretor	181.5
	4	Assessor	182.2
Coordenação	3	Coordenador	181.3
Divisão	18	Chefe	181.2
Serviço	1	Chefe	181.1
Unidade	1	Chefe	181.1
SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS	3	Superintendente	181.4
	21	Superintendente	181.3
	6	Assessor	182.1
Assessoria de Comunicação Social	3	Assessor-Chefe	181.2
	7	Assessor-Chefe	181.1
Auditoria	3	Auditor-Chefe	181.2
	7	Auditor-Chefe	181.1

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADE	CARGOS/ FUNÇÕES NR.	DENOMINAÇÃO	DAS FG
Procuradoria Estadual	3	Procurador-Chefe	181.3
	21	Procurador-Chefe	181.2
Coordenação	12	Coordenador	181.3
Divisão	125	Chefe	181.2
Núcleo	83	Chefe	181.1
Serviço	106	Chefe	181.1
	482		FG-1
	1863		FG-2
	1177		FG-3
CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	21	Chefe	181.1
	153	Supervisor	FG-1
	21	Supervisor	FG-2
NUCLEO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	26	Chefe	FG-1
GERENCIA REGIONAL DO SEGURO SOCIAL	118	Gerente Regional	181.2
	338	Supervisor de Equipe	FG-2
	118	Assistente	FG-3
Sector Administrativo	118	Chefe	FG-3
POSTO DO SEGURO SOCIAL ESPECIAL	95	Chefe	181.1
	578	Supervisor de Equipe	FG-2
POSTO DE SEGURO SOCIAL - TIPO I	252	Chefe	FG-1
	1888	Supervisor de Equipe	FG-3
POSTO DO SEGURO SOCIAL - TIPO II	258	Chefe	FG-2
	588	Supervisor de Equipe	FG-3
POSTO DO SEGURO SOCIAL - TIPO III	457	Chefe	FG-3
GERENCIA REGIONAL DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO	98	Gerente Regional	181.2
	98	Supervisor de Equipe de Arrecadacao	FG-2
	388	Supervisor de Equipe de Fiscalizacao	FG-3
	98	Assistente	FG-3
Sector Administrativo	98	Chefe	FG-3

FLS. 04 DO ANEXO V

LEI Nº , DE DE DE 1992

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADE	CARGOS/ FUNÇÕES NR.	DENOMINAÇÃO	DAS FG
POSTO DE ARRECADACAO TIPO I	59	Chefe	FG-1
	177	Supervisor de Equipe	FG-3
POSTO DE ARRECADACAO TIPO II	183	Chefe	FG-2
	205	Supervisor	FG-3
POSTO DE ARRECADACAO TIPO III	368	Chefe	FG-3
PROCURADORIA REGIONAL	88	Procurador Regional	181.1
	88	Supervisor de Equipe	FG-2
	88	Supervisor de Equipe	FG-3

O SR. PRESIDENTE (Carlos D'Carli) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Mensagem Nº 46, de 1992-CN (PLV/01/92)

Senadores

Cid Sabóia de Carvalho

Odacir Soares

José Richa

Deputados

Roberto Magalhães

João Natal

Adylson Motta

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 29 de junho próximo.

A convocação de sessão destinada à apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do projeto vetado, o parecer da Comissão que o apreciou e o relatório da Comissão Mista ora designada.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal se encerrará em 9 de agosto de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — O Sr. Deputado Genebaldo Correia encaminhou à Mesa requerimento no qual solicita a criação de Comissão Mista Especial.

O Sr. Secretário irá proceder à leitura do mesmo.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 55, DE 1992-CN

Requer a criação de Comissão Mista Especial destinada a elaborar os modelos a serem utilizados no plebiscito sobre forma e sistema de governo previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, a criação de Comissão Mista Especial do Congresso Nacional destinada a elaborar, no prazo de sessenta dias de sua instalação, prorrogável por igual período, os modelos de monarquia constitucional, de parlamentarismo e de presidencialismo, que serão submetidos à definição do eleitorado no plebiscito convocado nos termos do art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 5 de outubro de 1988.

A Comissão Mista Especial compor-se-á de vinte Deputados Federais e igual número de Senadores, indicados pelas Lideranças partidárias, e instalar-se-á dentro de dez dias contados da aprovação deste Requerimento.

Na composição da Comissão será obedecida, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária, assegurada aos Partidos nela não representada a indicação, por acordo, de um representante, em cada Casa.

O Presidente do Senado Federal designará, em sessão conjunta do Congresso Nacional, os membros da Comissão e fará a sua convocação para a instalação, eleição de seu Presidente e designação por este do Relator-Geral.

A Comissão Mista Especial subdividir-se-á em duas Subcomissões, incumbida uma de elaborar o modelo parlamentarista e outra o modelo de presidencialismo.

O modelo de monarquia constitucional será definido pela Comissão Mista Especial.

As Subcomissões terão igual número de Deputados Federais e Senadores, instalar-se-ão imediatamente após a constituição e elegerão seu Presidente, que designará um Relator.

As deliberações na Comissão e nas Subcomissões serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, tendo direito a voto o Presidente.

Os trabalhos da Comissão e das Subcomissões regular-se-ão, no que couber, pelo Regimento Comum e seus subsidiários.

A Comissão concluirá os seus trabalhos com a elaboração de projeto de decreto legislativo, que submeterá ao Congresso Nacional, com anexos, os textos dos modelos referidos neste Requerimento.

O projeto de decreto legislativo, que terá sua tramitação iniciada pela Câmara dos Deputados, conterá normas que determinem a divulgação dos textos pela Justiça Eleitoral, durante o período de tempo requisitado aos meios de comunicação de massa, nos termos do § 1º do art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Justificação

Durante a tramitação da PEC nº 51/90 surgiram controvérsias que prejudicaram sua tramitação, em face da justificada apreensão de alguns setores sobre a possível dificuldade dos eleitores exercerem seu direito de voto no plebiscito por não conhecerem os termos dos sistemas objeto do pleito.

Assim, depois de entendimento entre partidários dos sistemas chegou-se à conclusão de que é realmente necessário que no plebiscito o eleitor se pronuncie com perfeito conhecimento da matéria.

Nestas condições, propomos o presente requerimento que prevê a constituição de uma comissão mista com essa incumbência.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1992. — Deputado **Genivaldo Correia**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado.

Os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica criada a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Sobre a mesa, ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

SGM/P nº 0747

Brasília, 26 de maio de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 229, de 19-5-92, da Liderança do PMDB, a indicação do Deputado Alano de Freitas, para integrar, como suplente, a Comissão Especial Mista destinada a "acompanhar os preparativos e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento", em substituição ao Deputado César Maia.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — **Ibsen Pinheiro**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Será feita a substituição solicitada.

A Presidência comunica que, não havendo objeção do Plenário, transferiu para data a ser oportunamente marcada a sessão solene do Congresso Nacional anteriormente convocada para amanhã, às dez horas e trinta minutos, destinada a comemorar o centenário de nascimento de Raul Pilla.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 587, de 1991, destinada a apurar responsabilidades no âmbito da Companhia

Nacional de Abastecimento — CONAB, encerrou seus trabalhos concluindo pela apresentação do Relatório nº 2, de 1992-CN, com recomendações que serão encaminhadas aos órgãos competentes.

A matéria vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou no dia 3 do corrente o prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito nº 620, de 1991-CN, destinada a examinar os atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

Nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum, a Presidência declara extinta a referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou no dia 6 do corrente o prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 804, de 1991-CN, destinada a apurar os fatos noticiados pelos principais órgãos de imprensa do País, que denunciavam eventuais procedimentos irregulares graves, ocorridos com recursos públicos federais repassados através de convênios com diversos Municípios, por parte de membros da Comissão Mista de Orçamento.

Nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum, a Presidência declara extinta a referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou no dia 8 do corrente o prazo da Comissão Mista criada através do Requerimento nº 806, de 1991-CN, destinada a elaborar anteprojeto do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos.

Nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum, a Presidência declara extinta a referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou no dia 8 do corrente o prazo da Comissão Mista Especial criada através do Requerimento nº 809, de 1991-CN, destinada a estudar as razões da crise no Poder Judiciário.

Nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum, a Presidência declara extinta a referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adylson Motta.

O SR. ADYLSO MOTA (PDS-RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, serei breve, mas não poderia deixar de fazer um registro. Acabo de receber dos odontólogos brasileiros que residem em Portugal cópia do **Diário da República**, que corresponde ao nosso **Diário Oficial**, que nos dá notícia de que, finalmente, foi resolvido o contencioso entre Brasil e Portugal, no que diz respeito aos profissionais liberais, mais especificamente aos cirurgiões-dentistas que exercem suas atividades naquele país. Isso motivou uma controvérsia muito grande, até hostilidades recíprocas; inclusive uma Comissão Parlamentar de Deputados foi a Portugal tentar resolver o problema.

O Deputado José Lourenço hoje já fez referência ao assunto no plenário da Câmara dos Deputados. Chegou-se a um denominador comum, e, felizmente, todas as ponderações que levamos a Portugal foram acolhidas e a decisão tomada pelo Sr. Primeiro-Ministro Cavaco Silva baseia-se essencialmente na proposta que a Comissão de Parlamentares

brasileiros levou a Portugal, qual seja a de legalizar a situação de todos os profissionais de odontologia que até o mês de novembro se encontravam naquele País. Quem fosse para Portugal após aquela data, ficaria fora de qualquer tentativa de legalização da profissão porque o acordo, o tratado seria reexaminado.

Hoje recebemos a íntegra da Portaria nº 189-A/92, que peço seja transcrita nos Anais do Congresso Nacional. Apenas vou ler a ementa da Portaria do Primeiro-Ministro:

"MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA SAÚDE.

Portaria nº 189-A/92 Determina que os cirurgiões-dentistas diplomados por escolas superiores brasileiras reconhecidas pelo Ministério da Educação do Brasil, registrados no Conselho Federal de Odontologia e que constam da lista de profissionais identificados pela Embaixada do Brasil até novembro de 1991. Ficam, pela presente portaria, habilitados a exercer legalmente a atividade de odontologia em Portugal."

Faço questão de registrar este fato, em primeiro lugar, porque sou odontólogo, embora também me tenha formado em Direito. Minha profissão básica é a Odontologia, e estou vivendo um momento de euforia pelo fato de os meus colegas terem reconhecidos os seus direitos e também por atestar que as Comissões de Parlamentares não vão inutilmente ao exterior, como dizem sempre aqui. Há comissões que vão para fazer trabalhos sérios, e o melhor exemplo do que estou afirmando é o que está contido nesta portaria ministerial, que é uma decisão a que se chegou graças à interferência de uma comissão de Deputados brasileiros, que até foram mal recebidos, num primeiro momento, em Portugal, mas que souberam defender a causa do seu País. E devo também agradecer todo o apoio dado a essa Comissão pelo Deputado Ulysses Guimarães e pelo Deputado Ibsen Pinheiro, que foram os que autorizaram a nossa ida a Portugal, que, felizmente, resultou numa solução que agradou a todos os brasileiros e que possivelmente afasta o espectro de atritos entre os dois países, que tiveram o melhor relacionamento possível ao longo de sua história.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA SAÚDE

Portaria nº 189-A/92 (2ª série). — A prestação de cuidados de saúde oral está neste momento a cargo de três classes profissionais, de acordo com o grau de formação obtido: médicos estomatologistas, médicos dentistas e odontologistas.

Ocorre que exerce atividade em Portugal um conjunto de cirurgiões-dentistas diplomados por escolas superiores brasileiras devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação do Brasil e registrados no Conselho Federal de Odontologia daquele país.

As alterações ocorridas desde 1966 nos sistemas de ensino e na regulamentação profissional complementar de ambos os países torna indispensável a revisão parcial do Acordo Cultural assinado por Portugal e Brasil em 1969, principalmente nos arts. XIII a XVIII no âmbito dos quais os profissionais acima referidos pretendem ver reconhecido o exercício da sua atividade profissional.

A fim de não protelar por mais tempo a indefinição do regime legal aplicável a estes profissionais, a título rigorosa-

mente excepcional e dados os laços históricos que unem os dois países:

Manda o Governo, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Saúde, o seguinte:

1º Os cirurgiões dentistas diplomados por escolas superiores brasileiras reconhecidas pelo Ministério da Educação do Brasil, registrados no Conselho Federal de Odontologia e que constam da lista de profissionais identificados pela Embaixada do Brasil até 15-11-91, ficam pela presente portaria habilitados a exercer legalmente a atividade de odontologia em Portugal, nos termos previstos no art. 4º da Consolidação das Normas para Procedimento nos Conselhos de Odontologia, aprovada pela Resol. nº 155, de 25-8-84, do Conselho Federal de Odontologia do Brasil, que constarão de despacho do Ministro da Saúde.

2º O título de cirurgião dentista deve ser exibido no respectivo receituário, placas, cartões e outros meios de identificação, conjuntamente com o número de registro, organizado nos termos do número seguinte.

3º O Ministério da Saúde organizará o registro nacional dos cirurgiões dentistas, previstos no nº 1, do qual constará a identificação do local ou locais onde é exercida a atividade e emitirá os interessados documento comprovativo do respectivo registro, que valerá como autorização do exercício profissional.

4º Para efeito do disposto no nº 1, e sem prejuízo do registro nacional previsto no número anterior, a lista dos cirurgiões dentistas formados no Brasil, devidamente confirmada pelo Conselho Federal de Odontologia, constará de despacho do Ministro da Saúde.

18-5-92 — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Rogado Salvador Pinheiro — O Ministro da Saúde, Arlindo Gomes de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — A solicitação de V. Exª será atendida.

O SR. PRESIDENTE (Carlo De'Carli) — Com a palavra o Deputado Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, colegas Parlamentares, recebi um ofício que traz uma notícia na minha opinião muito grave. O ofício é da Associação Médica Brasileira, assinado pelo seu Presidente, o colega Mário da Costa Cardoso Filho. Entre outras coisas, diz o seguinte:

"A Associação Médica Brasileira, após reunir as principais autoridades nacionais da área médica em tuberculose, e considerando:

Que os casos da doença vêm aumentando significativamente em nosso País, de forma isolada ou associadas à imunodeficiência provocada pela AIDS;"

Muitos indivíduos com AIDS, Sr. Presidente, acabam morrendo pela tuberculose devido à queda das defesas orgânicas.

"Que o Governo Federal negligencia na sua responsabilidade na produção, distribuição e controle dos medicamentos necessários para combater a enfermidade;"

Esses medicamentos são, principalmente, a Idrasida, ou Isoniazida do ácido nicotílico, o astropaminosalicílico e a estreptomina. Todos os três medicamentos são relativamente baratos e o Brasil possui know-how para fabricá-los e comercializá-los. No entanto, nem a Ceme, nem outros laboratórios

oficiais do País estão produzindo esses medicamentos indispensáveis ao tratamento da tuberculose.

A Associação Médica Brasileira, neste ofício, resolve o seguinte:

"1 — Condenar a atitude oficial do Governo com relação à doença e acionar judicialmente as autoridades responsáveis pela atual falta de medicamentos fundamentais para o combate à tuberculose, cuja produção e distribuição é prerrogativa do Ministério da Saúde, através da Central de Medicamentos."

Sr. Presidente, é profundamente desagradável dizer neste plenário, e registrar nos Anais do Congresso Nacional, que a Central de Medicamentos está falhando na sua principal atividade, que é a produção de medicamentos básicos, indispensáveis ao tratamento de moléstias perfeitamente tratáveis, como a tuberculose, por exemplo, a ponto de a Associação Médica Brasileira acionar judicialmente as autoridades responsáveis.

Resolve a Associação Médica, no seu ofício:

"Alertar a população sobre o agravamento da enfermidade em nosso País, resultado do processo de empobrecimento provocado pela recessão econômica."

Então, a tuberculose, moléstia que se pensava já controlada nos países desenvolvidos e mesmo em alguns em desenvolvimento, em processo até de diminuição acentuada dos seus casos, volta a aumentar no Brasil por omissão das autoridades sanitárias do nosso País, que não conseguem sequer produzir os medicamentos básicos indispensáveis ao seu tratamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 27 minutos)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF